

DIREITO À COMUNICAÇÃO E SUAS INTERFACES NOS PROCESSOS ESCOLARES

Maria Aparecida Silva Ribeiro¹

Resumo: O artigo enfatiza o direito à comunicação como constituinte essencial de uma cidadania plena. Com o foco em metodologias do ensino de línguas, pontua maneiras pelas quais a instituição escolar deve investir no desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos, tornando-se assim importante aliada para uma inserção afirmativa na sociedade. Em um contexto de novas tecnologias de informação e comunicação, propriedades como a *instantaneidade, ubiquidade, virtualidade*, dentre outras estudadas por teóricos da comunicação e da cultura, têm exigido dos usuários dos diversos meios capacidades cada vez mais determinantes da eficácia da comunicação e do nível de inclusão de cada um nas diferentes redes sociais – demandas que a escola deve estar disposta a incluir em sua agenda.

Palavras-chave: comunicação – educação – linguagens

The right to communication and its interfaces in school processes

Abstract: This article emphasizes the right to communication as an essential constituent of full citizenship. With the focus on language teaching methodologies, it points out ways in which learning institutions should invest in developing the communication skills of students, turning it into an important ally for affirmative engagement in society. In the context of new information and communication technologies, properties such as immediacy, ubiquity, virtuality, and others studied by theorists of communication and culture, require that users of various media develop increasingly specialized capabilities which determine the effectiveness of communication and the level of inclusion within different social networks: such are the demands that the school should be willing to include in its agenda.

Keywords: communication – education – languages

1 DO DIREITO À COMUNICAÇÃO

A proposta de formação cidadã para a educação básica no Brasil, desde os PCNs e notadamente no que concerne ao ensino da língua materna, inclui o usufruto do direito à comunicação: “saber se informar, se comunicar, argumentar, compreender e agir, enfrentar problemas de qualquer natureza, participar socialmente” (Brasil, 2006, p.9). Assegurada pela Constituição Brasileira (Brasil, 1988) a *liberdade de expressão* alia-se, neste sentido, à necessidade do ser humano de manifestar ideias, opiniões, sentimentos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

¹ Doutora em Letras pela PUC-RIO, Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: masribeiro97@gmail.com

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

(...)

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença

Art. 220 A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Mais do que um artigo de lei registrado pela imprensa oficial, este direito deve sair do papel e ganhar espaço nos currículos escolares, permeando toda e qualquer iniciativa que se disponha a garantir ao aluno um lugar de cidadão na sociedade brasileira. Não há, pois, como construir uma cidadania plena a não ser pelo desenvolvimento de competências comunicativas, o que inclui tanto a recepção crítica de mensagens pelos meios correntes quanto a produção de conhecimento, informação, referências, saberes acerca de si mesmo, do outro e do mundo no qual tais relações comunicativas têm lugar.

Tomar coletivamente consciência disto envolve uma revisão de práticas escolares, principalmente, as relacionadas à ação docente. Se a escola reconhece as formas pelas quais seus alunos já têm participado de processos comunicativos nas diversas práticas sociais, sua meta passa a ser, então, qualificar essa forma de inserção na sociedade, buscando contribuir para o pleno exercício de seu direito à comunicação.

Neste sentido, faz-se necessário breve exame do desenvolvimento do conjunto de meios que viabilizam as relações comunicativas na sociedade contemporânea e de seu impacto no percurso formativo dos cidadãos. O que nos leva a pensar sobre as maneiras pelas quais o aluno já participa de todo este processo e como a escola pode valorizar esta participação, agregando qualidade às suas interações.

2 COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CONHECIMENTO

Em permanente estado de criação, transformação, renovação, os meios de comunicação provocam, por um processo dinâmico de configurar e reconfigurar espaços e tempos, frequentes reflexões e revisões acerca da ação dos sujeitos envolvidos. Comunicar (-se) é muito mais do que, meramente, constituir-se plateia dos produtos veiculados pela mídia. Inerentes ao ser humano, ações como as de registrar, expressar, interpretar e compartilhar informações, ideias, opiniões fazem parte dos modos de ser e de viver dos sujeitos em sociedade. É recebendo, produzindo e

enviando mensagens, que participam em processos de construção do conhecimento, além de terem suas atitudes, escolhas, condutas influenciadas por tais processos.

As tecnologias da informação e da comunicação têm, assim, criado profundas mudanças sociais no campo da educação, trabalho ou lazer. Já que contêm potencial para democratizar, humanizar e transformar desigualdades existentes nos domínios de classe, etnia e gênero; mas podem, igualmente, ser usadas como poderosos instrumentos de controle, por grupos interessados exatamente na manutenção de tais desigualdades, com vistas, por exemplo, à concentração de capital.

O poder de penetração dos meios nos espaços sociais faz com que as mensagens circulem em velocidade inimaginável em outras épocas. A propriedade conhecida como *ubiquidade* (o poder de estar em todos os lugares ao mesmo tempo), aliada à instantaneidade que caracteriza a maior parte das relações comunicativas contemporâneas, transformam os meios em instrumentos eficazes no controle sobre as formas de pensar e agir dos grupos sociais. Influenciam aguda e decisivamente nas escolhas dos sujeitos, relativizando seu poder de decisão. Exemplo disso são as notícias, aparentemente sem muito significado, estampadas diariamente na primeira página dos jornais; estão ali por um motivo concreto, embora não compreendido pela maioria dos leitores; são produtos de uma escolha, ganharam a primeira página por uma intenção definida.

A publicidade sugere, também, a adesão a produtos e a maneiras de agir, tanto de forma direta como indireta. Desperta desejos para a compra de algo que, supostamente, oferece bem-estar ou prestígio social. Importante ferramenta da sociedade de consumo, a máquina publicitária, na verdade, forja necessidades, anseios, ideais. Programas de televisão instauram rotinas domésticas, modificam hábitos e alteram a comunicação entre membros da família.

Por esses e por outros motivos que as pesquisas sobre comunicação têm apontado, é que o teórico canadense Marshall McLuhan, afirmava lá em meados do século vinte que “o meio é a mensagem” (MCLUHAN, 1969). Dito em termos gerais: no momento em que é editada, formatada, configurada segundo os padrões do meio do qual se serve para ser transmitida em larga escala, a mensagem afasta-se do que foi originariamente enunciado, ganhando novas conformações, tornando-se outra. A mensagem, portanto, confunde-se com o próprio meio que a veicula, a mensagem é o meio e o meio é a mensagem.

Assim, estudos sobre comunicação devem, necessariamente, levar em conta a emergência de questões que se relacionam aos meios. E o quanto as transformações, mudanças ou “evolução” desses meios, como querem alguns, afeta o campo da experiência humana, da sociabilidade e da construção do conhecimento.

Consideradas as novas configurações de tempo e espaço provocadas pelo desenvolvimento acelerado dos meios, a reflexão passa a ser sobre o impacto disso nos processos comunicativos: se até bem pouco tempo o objetivo dos meios de comunicação consistia em informar o mais rapidamente possível, hoje os meios técnicos de captação e transmissão possibilitam que o acontecimento seja mediatizado enquanto se desenvolve. Essa aceleração do tempo mediatizado, utilizando-se da simultaneidade, é acompanhada pelos efeitos da *virtualidade* e da interatividade que também desempenham enorme influência sobre as visões de mundo do público. A temporalidade contemporânea transformou, portanto, a aceleração e a interatividade em atributos narrativos dos meios de comunicação, modificando a maneira como se opera a construção dos acontecimentos.

Esses atributos não estão só no universo de produção, mas também no de recepção. Às propriedades de simultaneidade e ubiquidade dos meios alinham-se capacidades de *interatividade* dos sujeitos envolvidos nos processos comunicativos. A rede de conhecimento, tornada possível pelas conexões via satélite, pela internet, ampliou a multiplicidade do saber humano; conhecimento é plural e a rede propicia o fluxo de pensamentos entre os indivíduos. Todos os dados do mundo podem estar acessíveis, hoje, em linha direta e em tempo real a partir de um computador pessoal.

Dez anos após Cristóvão Colombo ter chegado à América, pouquíssimas pessoas conheciam este fato na Europa.

Três séculos depois, no ano de 1865, quando morreu o presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, a notícia demorou duas semanas para chegar de navio na Inglaterra. No dia em que o homem pisou na Lua, em 1969, milhões de pessoas puderam vê-lo diretamente pela televisão em suas casas.

Hoje, podemos tomar conhecimento dos fatos na hora em que ocorrem, mesmo que seja do outro lado do mundo ou muito além do nosso planeta. Isso só é possível graças à invenção de instrumentos de comunicação, como o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão, o satélite, o fax e a internet. (COLL; TEBEROSKY, 2000, p.236)

A relação entre temporalidade e mídia, entretanto, não se limita à tensão permanente da constituição dos acontecimentos pelos meios de comunicação. Os

acontecimentos ganham sentido a partir da apropriação e interpenetração dos sistemas de opinião. É não linearidade, é potência, é cooperação, é partilhamento e é predisposição do sujeito a falar... ouvir... argumentar... é disponibilizar-se conscientemente para mais comunicação. Ou seja, transitar e desenvolver um modo de pensar e agir: a interatividade.

Contudo, nenhuma dessas propriedades é atribuída espontaneamente aos sujeitos dessas relações. Pelo menos, não sem esforço ou de uma atitude de deliberada busca de participação. Ter acesso ao aparato técnico não garante, necessariamente, a inserção dos indivíduos numa rede produtiva de relações comunicativas. Dito em termos simples, não é o fato de se possuir uma televisão digital de última geração que irá garantir o acesso a uma programação de qualidade. Não é a simples posse de um aparelho de telefone móvel com todos os recursos de som e imagem disponíveis que permitirá ao indivíduo comunicar-se com pessoas e grupos.

A escola interessada na inserção de seus alunos nesta rede afirmativa de relações comunicativas pode e deve estar a serviço do desenvolvimento de suas habilidades e capacidades potenciais de interagir neste mundo da informação e da comunicação. *Falar, ouvir, ler e escrever* com eficácia são ações que basicamente integram esse conjunto de competências.

3 DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS COMUNICATIVAS NA ESCOLA

O mundo em que vivemos demanda leituras e interpretações. A relação entre os sujeitos, individual e coletivamente, bem como sua compreensão da realidade é, no entanto, mediada pelo conjunto de veículos de informação e comunicação – que convencionou-se chamar mídia. E por mídia entendemos, não apenas o que o uso generalizado da palavra, desde a década de noventa do séc. XX, tem denotado – imprensa, grande imprensa, meio de comunicação, veículo – mas o que sua origem latina – o plural de meio (*medium*), o *coletivo* de tais veículos – traz como chave de leitura. Os meios de informação e comunicação têm, *coletivamente*, incidido sobre nossas formas de perceber e classificar os seres, os objetos, os tempos e espaços do mundo em que vivemos. (TAHARA, 2000.)

Trata-se de um mundo construído pelos meios de comunicação, que selecionam o que devemos conhecer, os temas a serem pautados para discussão e, mais que isso, o ponto de vista a partir do qual vamos compreender esses temas. Podemos afirmar que

os meios de comunicação se constituem em educadores privilegiados, assumindo funções antes atribuídas unicamente à escola. E têm levado vantagem.

Observa-se, então, um alastramento dos meios por entre as mais diversas áreas do saber, veiculando informações, referências, opiniões, *verdades* originárias de lugares socialmente determinados, o que torna as fronteiras entre os campos de conhecimento cada vez mais fluidas, permeáveis, intercambiantes. É essa apropriação do conhecimento pelos meios que o selecionam, formatam, distribuem, que contribui para a formação de novos campos, em outros patamares. Tais processos, efetivamente, chegam à escola, impondo revisões constantes dos modos de construção do conhecimento escolar.

Daí que o desafio é grande: como garantir aos nossos alunos o exercício de um direito de participação social pela via da comunicação, como assegurar-lhes o pleno usufruto da liberdade de expressão e de relações comunicativas produtivas, se o mundo, ao que parece, encontra-se “dominado” por grupos poderosos que, detendo os meios, detêm também o poder de escolha sobre o quê transmitir, para quem e como?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) já tratavam disso. Com a introdução dos temas transversais nos projetos pedagógicos, a partir dos PCNs, a relação entre os meios de comunicação e a educação, como parte integrante da sociedade, começou a se reconfigurar. A proposição dos PCNs indicava a necessidade de um diálogo interdisciplinar, provocando a interação de fatores técnicos, humanos e pedagógicos, além de indicar a união do científico ao cotidiano.

É, contudo, muito fácil constatar que o saber escolar não se constrói na mesma direção que a comunicação mediática: se o primeiro continua a sustentar-se nos códigos da escrita, o outro se define pela pluralidade de códigos; se um busca o controle possível, o outro é a própria impossibilidade do controle.

Nesse sentido, a reflexão sobre possíveis caminhos para que a escola efetivamente se (re)integre ao ritmo de transformação contínua imposto às relações comunicativas em sociedade, é mais que necessária, é urgente. Outra prerrogativa é a formação docente interessada na exploração e multiplicação de possibilidades de uso de tecnologias e linguagens como ações de promoção da cidadania. O encontro comunicação/educação leva a outros encontros, significados, sentidos para um e outro campo de pensamento e ação. Investe em formas de pensar criticamente a realidade, de selecionar informação, de interrelacionar conhecimentos.

4 INTERATIVIDADE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Se o sentido atual de temporalidade transformou a aceleração e a interatividade em qualidades narrativas dos meios de comunicação, modificou também a maneira como se opera a construção dos acontecimentos. Estas qualidades estão no universo de produção e também no de recepção. Em busca de subsídios pedagógicos para o desenvolvimento de competências comunicativas que dêem conta dessas transformações, encontramos nos *comportamentos leitores e escritores* da pesquisadora argentina Delia Lerner uma contribuição significativa (LERNER, 2002). Desenvolver tais capacidades junto aos nossos alunos agrega qualidade ao tipo de recepção que praticam, não apenas dentro, mas também fora da escola, enquanto espectadores das produções veiculadas pela mídia. Pensados em sua maioria para os textos escritos, verbais, podem ser distendidos a fim de contemplar os textos produzidos por/para/nos meios audiovisuais. Além disso, implicam em interações com outras pessoas acerca de sua recepção/leitura. São eles: comentar ou recomendar o que se leu; compartilhar a leitura; confrontar com outros leitores as interpretações geradas por um livro ou uma notícia; discutir sobre as intenções implícitas nas manchetes de certo jornal; nas chamadas dos telejornais, nos outdoors de publicidade, dentre outros.

Outros, embora se dêem no domínio privado, também concorrem para o desenvolvimento de habilidades e competências de leitura: antecipar o que segue no texto; reler um fragmento anterior para se verificar o que se compreendeu, quando se detecta uma incongruência; saltar o que não se entende ou não interessa e avançar para compreender melhor; identificar-se com o autor ou distanciar-se dele assumindo uma posição crítica; adequar a modalidade de leitura - exploratória ou exaustiva, pausada ou rápida, cuidadosa ou descompromissada - aos propósitos que se perseguem e ao texto que se está lendo; dentre outros.

Ao que podemos incluir outros comportamentos leitores mais adequados a meios contemporâneos e emergentes de comunicação e informação: comentar ou recomendar o que se assistiu no cinema, na TV, nos sites de imagem, música, informação; dialogar com outros leitores sobre matéria jornalística ou informativa lida em meio digital, recebida via rádio, televisão, mensagem de texto em telefone móvel (SMS), email massivo, dentre outros gêneros de texto; buscar sentidos para o texto roteirizado para cinema, televisão, publicidade; ler as imagens veiculadas pela mídia,

que ilustram as notícias, que acompanham o discurso publicitário, que compõem o cenário de filmes, telenovelas etc.; pesquisar uma mesma notícia veiculada em diversos suportes de texto; zapear [do inglês *zap* (= mover-se com rapidez) ou, como neologismo em português, trocar sucessivamente os canais na televisão] até encontrar uma linguagem que o favoreça em sua preferência temática, em seu nível de linguagem etc.

Dos comportamentos escritores, destacam-se as oportunidades de participação real na rede de comunicação, informação e produção de conhecimento: participação em colunas de leitores, comunidades de afinidades, postagem de textos; criação de e participação em grupos de discussão, pesquisa e produção de saberes; pesquisa e registro nos diversos meios, a fim de alargar pontos de vista sobre assuntos diversos e temas de interesse dos jovens, dentre outros.

Aprender a ler nas entrelinhas e exercitar a leitura comparativa podem ser atitudes que nos possibilitam maior independência e liberdade em relação a uma linguagem padrão, oficial. Tais comportamentos leitores remetem à pedagogia crítica de Paulo Freire, que compreende habilidades, tanto de ler a palavra, quanto de ler o mundo. As alfabetizações múltiplas devem, pois, incluir não apenas a mídia e a alfabetização informática, mas uma extensão diferenciada de alfabetizações sociais e culturais. Citamos a ecoalfabetização, a alfabetização econômica, a financeira e uma variedade de outras competências que possibilitem aos alunos participarem ativamente da construção de seu conhecimento.

5 O ALUNO NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (NTIC)

Se o aperfeiçoamento dos veículos de transmissão da informação resulta da necessidade de o homem se comunicar mais e com mais eficácia; se é o desejo de descoberta, de interação, de explorar novos territórios que impulsiona as relações comunicativas, o discurso da comunicação se constrói necessariamente com linguagem, sobretudo, com linguagem verbal.

Que isto fique claro: a sucessão da oralidade, da escrita e da informática como modos fundamentais de gestão social do conhecimento não se dá por simples substituição, mas antes por complexificação e deslocamento de centros de gravidades. O saber oral e os gêneros de conhecimento fundados sobre a escrita ainda

existem, é claro, e sem dúvida irão continuar existindo sempre. (LÉVY, 1993, p.10)

Como temos observado, muito se tem discutido sobre o impacto das novas tecnologias na formação dos jovens. Colocando tal discussão em perspectiva, faz-se necessário problematizar a relação entre educação escolar e inserção nas práticas sociais mediadas pelas linguagens contemporâneas, as quais têm as NTICs como meio. Para tanto, as questões que se seguem merecem uma análise que leve em conta suas experiências como: formador de professores, professor do ensino superior ou da educação básica, educador nos vários momentos de sua vida, estudante em diferentes níveis de escolaridade, usuário da língua, falante de muitas linguagens:

- ✓ O aluno “nota dez” nas aulas de Português, segundo um modelo tradicional – foco no ensino da gramática, da ortografia, da sintaxe etc. – é sempre, o que melhor se comunica nas situações de uso efetivo da língua?
- ✓ O sujeito que acumula mais anos de escolaridade é, de fato, o mais competente nas relações sociais mediadas pela leitura e escrita?
- ✓ A leitura e escrita, conforme praticadas na escola, garantem a seus alunos participação afirmativa nos espaços sociais em que o uso da língua define os lugares dos sujeitos?
- ✓ O cidadão que a escola quer formar é o que se serve de modo mais proveitoso – para si e para os outros – do conjunto de meios de comunicação e informação disponíveis?

O relacionamento estreito das crianças e jovens com as NTICs impulsiona o desenvolvimento de suas competências comunicativas, neste contexto de alta tecnologia. No entanto, esta associação traz também alguns desafios. O desenvolvimento dos meios alternativos na rede, por exemplo, evidencia problemas relacionados à excessiva circulação de informação. Os milhões de sítios disponíveis a um toque de dedos fazem com que a riqueza da informação se traduza em diminuição da atenção de quem busca a informação, dificuldade na seleção de conteúdos pertinentes e perda de credibilidade. Questões sobre autoria, fidedignidade das fontes, consistência, chegam ao usuário juntamente com a informação solicitada.

Outro desafio situa-se no abismo cultural entre as gerações que se torna ainda mais evidente quando as atenções se voltam para as relações das juventudes com a tecnologia. Pais e professores precisam acompanhar um ritmo que não lhes é comum. Com isso, na maioria das vezes, a falta de parâmetros parece deixar os jovens sozinhos em seus périplos no universo virtual. Muitas vezes, são os jovens que ensinam aos

adultos como usar computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos, segundo seus próprios critérios.

Sobre isso, um aspecto a ser considerado é o fato de que se usa a tecnologia, muitas vezes, para fazer *de outro modo* o mesmo, aquilo que se fazia antes, com os mesmos princípios. A tecnologia parece, então, servir simplesmente para acelerar, fazer mais depressa. Faz-se o uso de uma nova tecnologia de maneira antiga, usa-se o computador, por exemplo, como se fosse uma máquina de escrever. E, no entanto, à tecnologia se reserva um papel muito mais produtivo – o de constituir-se como base de um processo de construção coletiva de conhecimentos, o que tem sido tratado como *conhecimento em rede*. Desse potencial, trata o tópico a seguir.

6 MEIOS PODEROSOS/SUJEITOS EMPODERADOS

Da *ubiquidade* dos meios, ou de sua capacidade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, resulta a transformação de qualquer sujeito (desde que sintonizado ao meio adequizado) em testemunha ocular da história, que se faz ao passo em que é registrada. Exemplo (trágico) desse registro do presente e, ao mesmo tempo, inauguração do tempo histórico é a transmissão em tempo real de crimes, por emissoras de televisão e/ou sites de atualidades. Nessas ocasiões, as câmeras registram eventos dos quais ninguém, de antemão, sabe o desfecho. Os espectadores, por vezes estarecidos, acabam constituindo-se em testemunha coletiva de uma ação, cujo desenrolar ganha gravidade proporcional ao impacto que causa como parte da programação das emissoras (em geral, mais afeitas à veiculação de notícias – ou fatos já consumados – e de narrativas ficcionais, que confortam justamente por não serem consideradas uma verdade).

O evento, no momento em que é registrado, ganha peso de documento, passa a fazer parte da crônica (*cronos* = tempo) da cidade, da história do país. O registro historiciza, o testemunho autentica, o espectador vive a história e faz história no mesmo momento em que a assiste pelo monitor de seu PC ou pela tela de seu televisor.

Já a *instantaneidade* com que as imagens captadas são transmitidas aproxima, virtualmente, pessoas localizadas em qualquer parte do mundo, anulando distâncias, presentificando os ausentes. Tais propriedades permitem, entre outras coisas, que sujeitos convivam, interajam, participem dos mesmos eventos, estabelecendo trocas produtivas, sem a necessidade de partilhar espaços físicos. Para ilustrar, tomemos as

cirurgias realizadas à distância, por especialistas que, se valendo de tais meios de captação e emissão simultânea de imagens, comunicam-se e instruem seus pares distanciados no espaço, somando suas capacidades às dos meios dos quais se servem para tratar o paciente.

Percebe-se então que, ao potencial comunicativo dos meios que vencem as distâncias espaço-temporais, corresponde a interatividade de sujeitos envolvidos nestas redes de relações. Há uma espécie de amplificação de suas vozes pelos meios de que dispõem. Contudo, este empoderamento dos falantes não está garantido apenas pela posse de artefatos técnicos. Como vimos, os meios viabilizam a qualificação da comunicação apenas no nível material. É preciso, ainda, que o falante domine a linguagem que atravessa tais distâncias, que conheça o código que movimenta esta dinâmica de relações.

Cada meio cria suas próprias demandas concernentes ao tipo de linguagem, aos modos de ser, de agir e de dizer de seus usuários. Daí que a acessibilidade, tão propagada como direito de “consumidor” dos meios de comunicação, não deve se restringir ao “ter” desses meios, mas ao “ser” de um falante mais competente, mais comunicativo, mais proficiente em sua língua e nas diversas linguagens que sediam os eventos de comunicação.

A forma narrativa da mídia, notadamente audiovisual, se inscreve numa relação de natureza temporal particular. E esta inscrição se distribui de forma integrada na sociedade, criando uma nova percepção espaço-temporal da contemporaneidade. Para algumas pessoas, estar diante de um programa de televisão ou escutar uma emissão radiofônica pode ter o sentido de “passar o tempo” e a televisão responde perfeitamente a esta expectativa. Para outras, ao contrário, significa gerir o tempo, de forma racional, permitindo fazer diversas outras coisas, numa duração limitada, e que seria dedicada a uma única atividade. Olhar a televisão pode parecer “tempo perdido” para uns, já neste outro sentido reveste-se a ação de uma valoração real.

Ler um jornal, ver uma emissão de televisão, escutar um programa de rádio é estar inserido no tempo, não só porque se desvenda o acontecimento e sua forma textual, mas porque esta narrativa esta inscrita no tempo do leitor e/ou espectador, já que é a partir da apropriação que o acontecimento se transforma em experiência vivida.

Falar de um tempo mediático (ou midiático) é, pois, refletir sobre como a temporalidade mudou a forma narrativa da mídia, mas também como esta configuração dissemina uma visão preferencial do tempo no universo do público.

7 OS PROBLEMAS DOS NOVOS CÓDIGOS

A mídia não se desenvolve naturalmente. Situadas em um tempo histórico, as forças que regem seu desenvolvimento são, sobretudo, políticas e econômicas. Qualificar as relações do aluno com esse coletivo de meios é papel da escola, na medida em que problematiza os temas que circulam através dos veículos de grande porte e o uso que se faz dos meios interpessoais de comunicação.

Mas, para transformar tais ações cotidianas em problemas (ou *situações-problema*) para a sala de aula é preciso, antes, reconhecer a complexidade presente nessas relações. Muitas vezes, a discussão gira, unicamente, em torno do tipo de linguagem que se usa. Outras vezes, é a escolha dos assuntos que mobiliza a discussão. Raramente, as intencionalidades são pontuadas. Quase nunca a constituição de subjetividade vem à tona. Senão, vejamos:

Quantas vezes nos defrontamos com especialistas discutindo os prejuízos do “internetês” ao ensino-aprendizagem da língua padrão? Quantas páginas foram dedicadas ao *vazio* dos diálogos dos jovens nas salas de bate papo?

Por outro lado, pouco observamos, nas escolas, a circulação de estudos que tratem da formação de identidades juvenis, a partir do pertencimento a tais redes de comunicação.

Muitas são as análises formais dos *vícios de linguagem* presentes nos diálogos produzidos para *chats*. Mas poucos atentam para a mensagem subliminar que circula em todos eles: “estou aqui, faço parte deste grupo, me comunico, falo esta língua, sou deste tempo”.

Em outras situações, a escola investe em capacidades comunicativas focalizando apenas em resultados de avaliações internas e externas – o que também compromete a legitimidade de tais competências em formação. É conhecida de todos a predileção, nos exames nacionais de avaliação de cursos, nas provas de seleção para universidades, dentre outros processos avaliativos, pela produção de textos argumentativos. Os concluintes do ensino médio devem, assim, posicionar-se

criticamente diante de determinado tema; precisam argumentar, defender seu ponto de vista, sobre assunto de interesse geral e, comumente, de natureza polêmica.

Mas a questão que se coloca é: até que ponto, aquele aluno que precisa posicionar-se em um texto formal, (bem) escrito, diante de uma questão tão grave como a diminuição da idade penal no Brasil, teve a oportunidade de, durante seu cotidiano escolar, falar sobre questões que envolviam diretamente sua vida, algumas tão simples quanto se poderia ou não usar boné na sala de aula e por quê?

Se o jovem, em sua classe, nunca foi indagado sobre se preferia ter aulas com a porta da sala aberta ou fechada, ou se considerava a ocupação do espaço da escola adequado ou não às suas necessidades, como poderá escrever sua opinião – com coesão e coerência – sobre os destinos do planeta diante do problema do aquecimento global?

Em permanente estado de comunicação estão nossos alunos, dentro e fora da escola. Qualificar essa participação pode ser o grande diferencial assumido pela escola, como contribuição à formação de um falante competente das diversas linguagens demandadas pela sociedade contemporânea.

8 PARTICIPAÇÃO NA MÍDIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ter conhecimento e informação é, portanto, questão decisiva para o acesso ao universo do poder, da inclusão social, do maior domínio das tecnologias. Conhecimento que não se confunde com – e nem se limita à – informação (apesar de podermos começar a compreender a partir dela). Tampouco se restringe aos procedimentos enciclopédicos, à acumulação de dados. O campo do conhecimento passou a ser, nas sociedades pós-industriais, aquele que valoriza a capacidade de significar, de buscar sentidos para as situações, de formular e responder a desafios impostos pelas variadas demandas humanas e tecnológicas. Dessa maneira, o conhecimento tem a ver com o domínio das linguagens, da construção de políticas, da capacidade de promover a gestão de sistemas e processos em diferentes áreas.

Um avanço na reflexão sobre a comunicação e os processos de produção de conhecimentos é que já não se questiona mais o uso dos meios de comunicação no processo educacional. Trata-se agora de reconhecer que os meios de comunicação são a fonte primeira que educa a todos em sociedade, o que inclui pais, professores, alunos etc. É necessário entendê-los bem, lê-los criticamente, a fim de percorrer o trajeto que

vai da recepção do mundo que nos entregam pronto, editado, à construção do mundo que permite a todos o pleno exercício da cidadania.

Daí a importância de se ampliar a participação de alunos e professores na mídia, seja fazendo parte de um conselho editorial, seja sendo mais ouvidos nas matérias. A participação na produção de mídia faz com que o aluno se aproprie de conceitos e práticas da comunicação e, mais ainda, com que entenda a mídia de uma forma reflexiva e crítica.

Os cidadãos em situação de diversidade, por exemplo, não se vêem representados na maior parte dos produtos da mídia, o que contribui para perpetuar a percepção distorcida sobre sua realidade. A consciência dessa diversidade deveria estar presente não apenas nas pautas específicas sobre gênero, homossexualidade ou outra questão específica, mas na cobertura de assuntos diversos. Um jovem com deficiência, por exemplo, não deveria aparecer na mídia apenas quando a matéria é sobre deficiência.

De que maneira a escola pode intermediar essa participação? Como promover tal aproximação mídia-escola, de um modo que favoreça a ambas?

9 EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CAMINHOS E ATALHOS

Tanto a comunicação quanto a educação tendem a ganhar em consistência de ações quando se estreita a relação entre ambas. Numa época de convergência de mídia e de interpenetração de fronteiras disciplinares, a promoção de uma consciência crítica em relação às informações passa por decisões, tanto da escola, quanto dos sistemas comunicativos: a apropriação dos meios, a alfabetização imagética, a mídia alternativa e comunitária são alguns dos conceitos que norteiam a pesquisa científica e o debate a respeito da relação comunicação-educação.

Considerando que os meios evoluem e modificam-se rapidamente e, ao que parece, a escola nem tanto, é necessária uma reflexão no sentido de ajustar as relações entre as instituições de ensino e os modernos recursos midiáticos. A educação tem convivido com um grande número de imagens e enunciados midiáticos já há várias décadas. Mas, mesmo com o rádio, o cinema e a televisão, a escola historicamente sempre se manteve à distância, dividindo seus campos de atuação – a ela pertencia o conhecimento, a pesquisa, o trato com as letras, a seriedade e o trabalho, enquanto a tais meios se reservava o espaço do lazer, do entretenimento, da ficção e da arte. Nessa

distribuição de funções sociais, escola e mídia mais se distanciavam que se aproximavam, resguardando sempre autonomia e especificidade. Tal distância, contudo, só se manteve possível até a chegada do computador: a revolução eletrônica modificou o cenário, forçando os limites entre as duas áreas; a informática une o lazer ao trabalho, o texto escrito ao imagético, a ciência à arte, o entretenimento à pesquisa. E a mudança no padrão da educação contemporânea passa necessariamente por essa alteração no cenário social: as crianças, que já foram “educadas” exclusivamente pelos pais, pela escola, pela igreja, pelos amigos, pelos livros, hoje, dividem sua educação entre tais agentes e mais a televisão, os jornais, as revistas e a internet.

Já não é mais na escola que a criança aprende a separar o feio do bonito, o certo do errado, a virtude do vício. É na mídia que ela aprende isso. A função de hierarquizar os valores, que já coube à religião e, até meados do século XX, também à instituição escolar, encontra-se hoje usurpada pela tela da TV. (BUCCI, 2002, p.14)

A quantidade de informação e conhecimento do mundo moderno exige que a escola redimensione seus currículos e estabeleça prioridades. Mais importante é ensinar a pensar e a conhecer do que transmitir conteúdos determinados por uma grade curricular. A educação que desprezar tais conhecimentos estará frustrando qualquer expectativa em relação à formação com vistas ao pertencimento à sociedade da comunicação e da informação. Também as relações interpessoais se vêem cada vez mais intermediadas por relações simbólicas midiáticas: falamos com os outros mais pelo telefone do que pessoalmente, tomamos conhecimento do mundo pela imprensa, assistimos a vida passar pela TV e navegamos pela internet. As práticas da gestão comunicativa buscam convergências de ações, confluindo na direção de um grande objetivo: ampliar o potencial comunicativo das ações humanas.

Para tanto, supõe-se da ação comunicativa que ela privilegie relações dialógicas, a partir de uma ética de responsabilidade social entre os produtores, de uma recepção ativa e criativa dos receptores, de uma política de uso de recursos da comunicação/informação afinada com os interesses de todos os envolvidos no processo. Tal concepção ampliada de comunicação culmina no proporcional alargamento dos espaços de expressão do público, por parte das redes de comunicação, e na formação cidadã interessada na participação efetiva em práticas sociais comunicativas, por parte da instituição escolar.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. “As tristes cópias do medíocre”. In **Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril, Janeiro/fevereiro de 2002, p. 12.

Constituição da República Federativa do Brasil. DOU 05/10/1988.

LERNER Delia. **Ler e Escrever na Escola: o Real, o Possível e o Necessário**. Ed. Artmed, 2002.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 10.

MCLUHAN, Marshall. **O meio é a mensagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1969.

Parâmetros Curriculares Nacionais, 2006.

Fonte: www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf.

TAHARA. Mizuho. **Mídia**. São Paulo: Global, Editora, 1986.

TEBEROSKY, Ana et al. **Aprendendo Geografia e História**. São Paulo: Ática, 2000